

Possibilidades da Folkcomunicação na Extensão Universitária: diálogos a partir de Paulo Freire

Guilherme Moreira FERNANDES¹

Maria Lúcia de Castro POLISSENI²

Romário GERALDO³

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais, Brasil

Resumo

Esse artigo aponta a aplicabilidade da teoria da Folkcomunicação (teoria da comunicação – genuinamente brasileira – desenvolvida por Luiz Beltrão em 1967) com o pensamento de Paulo Freire sobre Extensão Rural (ampliando o conceito para a extensão universitária de uma forma geral). A partir do fato de que Freire vê na extensão uma ação transformadora e não modificadora, percebe-se que o extensionista não pode abordar uma comunidade e agir como se ela não tivesse cultura alguma. O detentor de um conhecimento perito deve chegar neutro na comunidade e, a partir do diálogo, propor uma ação transformadora. Assim, a Folkcomunicação – por seus mecanismos de visibilidade - pode se fazer presente ao servir de instrumentos para divulgar e promover uma determinada ação. O trabalho parte das conceituações de Luiz Beltrão, a nova abrangência da Folkcomunicação proposta por Roberto Benjamin (discípulo de Beltrão) e diálogos da obra de Freire e Beltrão propostas por Marques de Melo e Antônio Hohlfeldt. Nesse processo, entendemos, ainda, que algumas comunidades podem não saber a importância de determinado projeto para si próprias. Porém, esse entendimento deve ser feito através do diálogo, em que o extensionista deve ter com a comunidade e propor uma intervenção conjunta.. Processos folkcomunicacionais também podem ser utilizados no desenvolvimento de mecanismos comunicacionais locais (ou se apropriar dos já existentes) para promover a conscientização, o diálogo e a educação.

Palavras-chave: Folkcomunicação – Extensão – Paulo Freire

1. Introdução

Em face ao processo de globalização econômica, cultural e tecnológica, muito se discute o papel dos meios de comunicação como importante instrumento para as pessoas se

¹ Mestrando em Comunicação pelo PPGCOM da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista Capes. Jornalista formado pela UFJF. Foi editor e criador do periódico “Estendendo Extensão” veiculado pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da UFJF. É membro da Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação (Rede Folkcom). E-mail: gui_facom@hotmail.com.

² Coordenadora de Extensão da UFJF. Mestre em Filosofia pela UFJF e graduado em Educação Física também pela UFJF. Professora da Faculdade de Educação Física e Desportos da UFJF. E-mail: luciapoli@gmail.com

³ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi Pró-reitor de Extensão e Cultura da UFJF. E-mail: romario.geraldo@ufjf.edu.br

manterem informadas e “inseridas” na ágora global. Os mais apocalípticos vão dizer que esse processo gera uma massificação das pessoas, incapacitando-as de refletir sobre o que lhe é dado. Os mais otimistas dizem que os *mass media* integram as massas, produzem identidades e as transformam em críticos.

Um ponto em comum entre frankfurtianos e integrados é que nem todos têm acesso igual aos *media*. O processo de decodificação de informação também vai se diferenciar entre os grupos. Assim, chamamos a atenção para a teoria da folkcomunicação⁴, muitas vezes negligenciada no mundo acadêmico. É no processo folkcomunicação que aqueles que não têm acesso aos veículos massivos podem manifestar suas ideias, opiniões e atitudes, por meios, às vezes, rudimentares, mas que, para o público que se quer atingir, cumpre-se bem o papel de comunicar, ou seja, a expressão verbal (e também não-verbal) de um (ou mais) sujeito(s) sendo percebida dentro de um quadro significativo comum ao do(s) outro(s) sujeito(s).

Gostaríamos de ressaltar que não é só nos meios rudimentares que a folkcomunicação se faz presente. A mídia massiva também pode incorporar elementos folkcomunicacionais e retransmiti-los em rede, ao mesmo tempo em que a folkcomunicação pode incorporar elementos da grande mídia em sua narrativa, a esse fenômeno deu-se o nome de folkmídia⁵. Outra abrangência seria a incorporação de elementos do imaginário popular como forma de publicizar produtos e serviços, denominando-se folkmarketing⁶.

O que queremos mostrar é que com ou sem veículos massivos existe a comunicação. Se existe comunicação, ela ocorre por meio de diversos elementos, seja a própria oralidade ou mediada por algum veículo. Roberto Benjamin (2000) em uma sábia e perfeita tentativa de atualizar a obra de Luiz Beltrão (criador do conceito de

⁴ Teoria criada por Luiz Beltrão em 1967 ao defender sua tese de doutorado. Beltrão a definiu como “o processo de intercâmbio de informações e manifestações de opinião, ideias e atitudes da massa, por intermédio de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore”. (BELTRÃO, 2001, p. 79).

⁵ Termo surgido na Inglaterra e adaptado na Índia foi trazido ao Brasil por Roberto Benjamin, considerado o pai da Folkmídia. Posteriormente, Joseph Luyten diz que a folkmídia “consiste na iniciação entre os meios de comunicação de massa e folkcomunicação, ou seja, o uso tanto de elementos oriundos do folclore pela mídia como a utilização de elementos da comunicação massiva pelos comunicadores populares”. (LUYTEN, 2006, p. 41)

⁶ Termo definido por Severino Lucena Filho como é uma modalidade comunicacional, com base nas matrizes teóricas da teoria da Folkcomunicação e do Marketing, estrategicamente adotada pelos gestores comunicacionais dos mercados regionais, apresentando como característica diferenciada a apropriação das expressões simbólicas da cultura popular, no seu processo constitutivo, por parte das instituições públicas e privadas, com objetivo mercadológico e institucional. (LUCENA FILHO, 2007, p. 90).

folkcomunicação) elencou seis elementos⁷ do que ele denominou de nova abrangência da folkcomunicação. Para esse estudo, utilizaremos o primeiro tópico “a comunicação (individual ou grupal) ocorrente na cultura folk”. Assim, fazem parte da nossa preocupação o “agente”, os “meios de informação” e os “meios de expressão” dos folks.

Partindo da conceituação de Benjamin sobre a folkcomunicação, vamos buscar em Paulo Freire (2006) a relação entre a (folk)comunicação e a extensão, com o objetivo de apontar reflexões sobre a prática extensionista no âmbito (folk)comunicacional.

2. Problematizando a extensão: aportes de Paulo Freire

Em 1969 (dois anos depois de Beltrão defender a tese sobre a folkcomunicação) Paulo Freire publicou no Chile o livro (ensaio) ¿Extención o Comunicación?, oito anos depois ele foi publicado no Brasil com o título “Extensão ou comunicação?”, hoje na sua décima terceira edição, mostra o caráter atual e importante da obra. Freire faz um estudo sobre a vida camponesa e analisa o problema da comunicação no processo de desenvolvimento da sociedade agrária. Em toda obra, o educador chama a atenção que o termo extensão está sendo usado erroneamente, em relação ao trabalho feito por agrônomos junto a comunidades agrárias, que é equivocadamente chamado de extensionista.

Freire (2006) diz que muitos agrônomos querem modificar a realidade dos camponeses por julgar possuir um conhecimento mais elevado, assim o camponês recebe mecanicamente o que o técnico acha que o ele deve aceitar. Percebemos que essa prática constantemente ainda é realizada nas mais diversas áreas. Um profissional, detentor de um conhecimento perito, quer impor seu saber a uma comunidade sem se importar com o que ela realmente deseja receber, ou seja o “ir até uma parte que julgamos inferior para normalizá-la” (FREIRE, 2006, p. 20). É claro que não são somente os agrônomos que fazem desta forma, isso aplica a toda comunicada acadêmica: médicos, dentistas, engenheiros, comunicólogos, assistentes sociais, biólogos, etc. Com o exemplo do

⁷ São eles: 1) A comunicação interpessoal e grupal ocorrente na cultura folk; 2) A mediação dos canais folk para a recepção da comunicação de massa; 3) A apropriação das tecnologias da comunicação de massa (e outras) e o uso dos canais massivos por portadores da cultura folk; 4) A presença de traços da cultura de massa absorvidos pela cultura folk; 5) Apropriação de elementos da cultura folk pela cultura de massa e pela cultura erudita e 6) A recepção da cultura folk de elementos de sua própria cultura reprocessada pela cultura de massa. (BENJAMIN, 2000, p. 16).

agrônomo, Freire quer mostrar que a capacidade técnica não pode ser focalizada, a não ser dentro do contexto de uma realidade cultural.

Entendemos que a extensão universitária é uma prática acadêmica (tão importante como a pesquisa e o ensino) portanto ela deve ser realizada dentro dos limites de cada área de conhecimento. Assim, não é papel de um estudante de odontologia realizar oficina de leitura crítica dos meios de comunicação, cabem aos futuros comunicólogos fazê-la. Também, como alerta Freire, não se deve impor nenhum conhecimento perito e subestimar o público envolvido. O que deve acontecer é uma troca, uma sinergia, “não lhe cabe portanto estender suas técnicas, entregá-las, prescrevê-las, não lhe cabe persuadir nem fazer dos camponeses o papel em branco para sua propaganda” (FREIRE, 2006, p. 24).

Não se trata aqui de substituir um conhecimento por outro,

o conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face ao mundo. Requer sua ação **transformadora** sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o ‘como’ de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. (FREIRE, 2006, p. 27, grifo nosso).

Nota-se que Freire utiliza a palavra ‘transformadora’ e não ‘modificadora’. O transformar implica em um diálogo de problematizações. Segundo Freire, nada deve ser dado como certo, tudo deve ser refletido, deve haver uma ação conjunta de resultados entre o extensionista e a comunidade, o resultado deve ser percebido por ambos em conjunto e não dado como pronto e certo, modificando uma realidade. Freire diz que a modificação é uma invasão cultural, onde não há limites de respeito entre o que julga deter a melhor técnica e os que passivamente a recebe, “o que se pretende com o diálogo é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la” (FREIRE, 2006, p. 52).

3. Possibilidades de comunicação no universo extensionista

José Marques de Melo (1998) percebe que Paulo Freire ao pensar em um sistema capaz de estimular no homem o uso de suas funções intelectuais, ele se refere a uma “Pedagogia da Comunicação”, como algo que instaura o diálogo e que proporciona um

novo conteúdo programático da educação. “A chave desse sistema estaria não propriamente na alfabetização, mas, antes dela, na superação da compreensão mágica ou ingênua que o homem tem do mundo, desenvolvendo uma compreensão crítica” (MARQUES DE MELO, 1998, p. 206).

Acreditamos que essa compreensão crítica pode ser feita com auxílio dos meios de comunicação, o que hoje chamamos de educomunicação. Assim, para Marques de Melo “é imprescindível um permanente processo de comunicação com os educandos, para que o educando apreenda sua realidade, de modo a codificá-la adequadamente, ensejando, a seguir, uma releitura do mundo em que vivem os educados” (MARQUES DE MELO, 1998, p. 270).

Paulo Freire enfatiza que o mundo humano é um mundo de comunicação, comunicar para ele caracteriza pelo diálogo que implica em um acordo entre sujeito em torno de signos onde o significado e o significante modifica-se de acordo com o emissor/receptor. A relação dialógica-comunicativa deve ser estabelecida com o mesmo referencial sócio, “é então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicante. Isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito.” (FREIRE, 2006, p. 67).

Freire ainda argumenta que

Por fim, nos parece claro o equívoco ao qual nos pode conduzir o conceito de extensão: o de estender um conhecimento técnico até os camponeses, em lugar de (pela comunicação eficiente) fazer do fato concreto ao que se refira o conhecimento (expresso por signos linguísticos) objeto de compreensão mútua dos camponeses e dos agrônomos. (FREIRE, 2006, p. 70).

Pode-se ver que o que chamamos de extensão universitária não pode estar veiculada ao simples ato de estender um conhecimento de algo a alguém, mas sim em um processo comunicativo em que a base dialógica vai proporcionar uma transformação da realidade sem que um indivíduo não anule o outro. Nesse momento, retomamos a discussão inicial sobre folkcomunicação, como possibilidade da concretização do processo comunicacional descrito por Freire para a realização da extensão universitária.

4. A Folkcomunicação na extensão universitária

A comunicação interpessoal e grupal constituem o bloco que estuda o processo da transmissão de informações destinadas a uma determinada pessoa ou a um grupo específico de pessoas. Em muitos casos, a transmissão de informações se processa de maneira direta, o que contribuiu para uma interação perfeita entre comunicador e receptor. Roberto Benjamin (2000) aponta que “é preciso reconhecer, no entanto, a importância da comunicação interpessoal e grupal – inclusive pelos aspectos de mediação – tanto entre a população de cultura folk, como nos demais segmentos da sociedade” (BENJAMIN, 2000, p. 17). O professor completa esse pensamento ao dizer que nesse campo está o estudo dos agentes, meios de informações e meios de expressão de ideias opiniões e atitudes. Assim, faremos um estudo desses três elementos pensando na interface com a extensão universitária. Esses três elementos se tornam essenciais para a ação transformadora que se pretende, quando se trata de extensão universitária

Seguindo o pensamento de Osvaldo Trigueiro (2008) que diz que não existe espaço vazio na comunicação e que os constituintes da audiência são ativos, mesmo que nem todos atuem com a mesma intensidade, vemos que o agente descrito por Benjamin pode ser entendido como o ativista defendido por Trigueiro. O professor paraibano explica que o ativo exerce uma ação, participa de atividade e está sempre em movimento; já o ativista é um militante que organiza, planeja a participação de outros nos movimentos, que se posiciona contra ou a favor de determinada situação. Assim,

O ativista midiático age motivado pelos seus interesses e do grupo ao qual pertence na formatação das práticas simbólicas e materiais das culturas tradicionais e modernas. É um narrador da cotidianidade, guardião da memória e da identidade local, reconhecido como porta-voz do seu grupo social e transita entre as práticas tradicionais e modernas, apropria-se das novas tecnologias de comunicação para fazer circular as narrativas populares nas redes globais. (TRIGUEIRO, 2008, p. 48)

No ambiente globalizado que vivemos, de acordo com Trigueiro (2008), muitos dos intermediários concebidos por Beltrão⁸ (chofer de caminhão, caixeiro viajante, ambulantes, ciganos, etc) já não têm tanta importância para o sistema folkcomunicação, visto que os

⁸ Beltrão, ancorado no paradigma funcionalista de Paul Lazerfeld chama os indivíduos intermediários do processo folkcomunicação de líder de opinião, como percebeu Lazerfeld. Concordamos com a posição de Trigueiro, por isso vamos chamar esse agente de ativista midiático. Outro motivo para a nossa utilização desse termo é que acreditamos que as pesquisas de folkcomunicação desenvolvidas hoje estão mais voltadas para os Estudos Culturais (britânicos e latino-americanos) do que para o funcionalismo.

moradores de pequenas cidades e distantes municípios brasileiros têm acesso à televisão, telefone fixo, rádio, internet, entre outros veículos de informação.

A função de agente ou ativista midiático na extensão universitária pode ser exercido tanto por professores, alunos ou líderes comunitários. Seu papel, de acordo com Trigueiro (2008, p. 55) “é minimizar as divergências através dos diálogos, gerar situações que possam viabilizar na estrutura social do seu grupo, as interligações cirúrgicas dos vasos comunicantes, restabelecendo, na medida do possível, a compreensão e a solidariedade”. Nesse aspecto ao estar em uma comunidade para desenvolver uma atividade de extensão, na perspectiva de Freire, o agente comunicacional, através do diálogo, vai saber quais são as reais necessidades do grupo e, em conjunto, vai desenvolver ações que serão benéficas a todos.

Os meios de informação podem ser os mais variados possíveis, como já apontamos a folkcomunicação não se ocupa apenas das formas rudimentares. Os ativistas podem se informar através da imprensa massiva ou nanica. Contudo, para uma boa atividade extensionista é necessário ouvir/olhar a comunidade antes de propor uma ação. Cristina Schmidt (2004) pontua que

Não se pode pensar em construir uma leitura de objetos puros, como fizeram os tradicionalistas e os modernizadores. É preciso enxergar uma relação mais complexa entre o tradicional e o moderno/pós-moderno, e os intercâmbios com o simbólico, que leva a uma situação pós-moderna e uma ruptura com o anterior. (...) Quando se pensa nas características desse universo, muitos pensam imediatamente em uma política preservacionista ou de resgate e recuperação. Mas, devemos voltar nossa atenção mais para o que se transforma do que com o que se extingue. (SCHMIDT, 2004, p. 41).

Percebemos que esse ato de pensar/interferir em uma comunidade ou uma cultura não deve ser feito somente pelo perito (técnico) e sim, observado e pensado em conjunto com a comunidade. O fazer extensão não pode ser exercido somente pela academia sem a participação ativa e ativista dos membros do grupo que vai sofrer as transformações sugeridas.

Propomos, através do pensamento de Freire e pela visão de Trigueiro, que o mediador ativista na extensão universitária faça parte do sistema perito, sendo, reconhecido na sociedade local pela sua competência realizadora e em quem se deposita confiança.

Anthony Giddens (1991, p. 34) explica que os mecanismos de desencaixe⁹, as fichas simbólicas e os sistemas peritos dependem da confiança, assim “a confiança está portanto envolvida de uma maneira fundamental como as instituições da modernidade”. cremos que a comunicação e o diálogo são os pontos principais para se adquirir a confiança entre técnicos e comunidade e entre a comunidade e o técnico. Desta forma, Trigueiro (2008, p. 107-109) afirma que o perito não é só aquele que detém uma formação escolar superior e sim, que domina com maior propriedade com determinado assunto, por isso, o processo extensionista conta com dois tipos de ativista midiático o local e o externo, sendo que ambos “estão imbricados em redes de sociabilidade e de negociações do global e local. São atores sociais que operam códigos das redes massivas de comunicação para serem compreendidos pelas redes de comunicação cotidiana”. (TRIGUEIRO, 2008, p. 108).

Por fim, os meios de expressão de ideias, opiniões e atitudes podem ser os mais diversos, tanto a nível massivo como a nível local. Benjamin (2000) apresenta o folheto popular¹⁰, o almanaque¹¹, o mamulengo¹² e as narrativas populares como meios de expressão. Gostaríamos de acrescentar a essa lista as rádios comunitárias autênticas¹³, o jornal local¹⁴ e também a mídia digital¹⁵. Cada um desses veículos tem uma função específica, o uso de um ou de outro vai depender do objetivo que se quer atingir.

É comumente no âmbito da extensão universitária divulgar através de panfletos e flyers as atividades desenvolvidas perante a um grupo específico. Porém, muitas vezes, isso é feito de forma unilateral, em que o perito externo realiza o material e divulga da

⁹ Giddens explica que o projeto da modernidade tardia traz consigo, entre outros, a noção de mecanismos de desencaixe que retira a atividade social dos contextos localizados, reorganizando as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaciais. Assim, removem as relações sociais das imediações do contexto. Deste modo, o mecanismo de desencaixe promove a separação entre tempo e espaço como condição do distanciamento tempo-espaço que realizam. Os mecanismos de desencaixe podem ser representados pelas fichas simbólicas e sistemas peritos. Para outras informações ver Giddens (1991) p. 11-60.

¹⁰ Também chamado de literatura de cordel, “são publicações em verso de aproximadamente 12 x 18 cm de formato variando o número de folhas (...) o autor escreve seus versos e os vende”. (BENJAMIN, 2000, p. 28)

¹¹ Também chamado de almanaque de cordel e folhinhas do ano, “são publicações anuais, em prosa e verso, que constam de calendário, fases da lua, posição dos astros, previsões de tempo”, etc. (BENJAMIN, 2000, p. 29).

¹² Teatro popular de bonecos. A grande característica do mamulengo é a improvisação. Não existem personagens fixos nem enredo propriamente fixado. Os bonecos são constituídos de uma cabeça esculpida de madeira e as vestimentas são agregadas em forma de luva para que o mamulengueiro aí possa colocar sua mão. (LUYTEN, 1988, p.33-34)

¹³ “Estações de baixa frequência que funcionam como serviço público, competindo com as redes comerciais no sentido de acolher, endossar e/ou estimular os movimentos sociais”. (MARQUES DE MELO, 2006, p. 30).

¹⁴ “Mídia impressa de pequeno porte, publicada nos espaços municipais ou nas periferias metropolitanas, perfilando pequenos negócios, catalisado interesses corporativos, subsidiando iniciativas governamentais ou mobilizando as forças vivas das comunidades atuantes nas diferentes regiões brasileiras” (MARQUES DE MELO, 2006, p. 29).

¹⁵ “Canais de comunicação que otimizaram novas tecnologias digitais, especialmente a internet, para agendar publicamente as manifestações simbólicas e as reivindicações comunitárias das organizações periféricas, das minorias excluídas e dos grupos culturalmente marginalizados”. (MARQUES DE MELO, 2006, p. 30).

forma que melhor entende. Acreditamos também que esse processo deve ser feito de forma conjunta. Com as duas partes dialogando a respeito de um melhor modelo. O mais relevante no caso, é aproveitar os próprios veículos de expressão que determinado grupo já utiliza. Por exemplo, se existe uma rádio comunitária na local, nada melhor do que também a utilizar como forma de propagar aquilo que está sendo proposto/transformado. Como essa não é uma realidade constante, visto que muitas rádios ditas comunitárias¹⁶ não são autênticas, o folheto popular e o jornal local podem ser uma alternativa.

Uma alternativa também importante é verificar se há um meio de expressão utilizado de forma informativa aos grupos, a exemplo das folhinhas de plantio e colheita baseadas no Lunário Perpétuo¹⁷. Uma possível explicação científica desse fenômeno também pode ser utilizada, com tanto que não “desminta” uma tradição.

Enfim, são muitas as opções que as práticas folkcomunicacionais oferecem. O principal desafio é estabelecer um diálogo entre os dois mundos de forma que um não queira “ser” mais do que o outro. Vemos em algumas práticas extensionistas que é possível essa convivência. De acordo com Desirée Rabelo (2006)

Se o acesso à informação e a comunicação é um direito do cidadão, essa aparente confusão talvez expresse o desafio do local ser, cada vez mais, produzido a partir da comunidade. Para isso é preciso, garantir aos vários atores o seu direito de comunicar, de expressar seus interesses e, assim, explicitar e negociar os conflitos. Para isso, seria necessário incentivar, qualificar e potencializar os cidadãos-comunicadores, rompendo a dicotomia emissor-receptor ou de “muito-para-poucos”. Nesse sentido, a mídia local traz embutida esse potencial revolucionário de ser também comunitária. E essa deveria ser a proposta, o objetivo dos cidadãos em geral e dos comunicadores em particular. (RABELO, 2006, p. 181).

As palavras de Rabelo resumem bem que o deve ser uma ação de comunicação (interpessoal e grupal) em grupos de cultural folk. É importante fornecer subsídios para

¹⁶ “O tema rádio comunitária no Brasil está envolto em controvérsias que se apresentam em duas perspectivas. Primeira, porque, ao mesmo tempo em que o interesse por sua criação é crescente, elas não são bem aceitas, principalmente pelos setores dominantes. (...). A segunda controvérsia se refere ao entendimento do que seja uma rádio comunitária. Na prática existem emissoras de diferentes matizes, portanto, motivadas por interesses diversos, o que acaba por revelar um quadro um tanto confuso. Há emissoras ligadas a igrejas, há outras de cunho político-eleitoral, muitas são motivadas por interesses comerciais (...). A rádio comunitária que faz jus a este nome é facilmente reconhecida pelo trabalho que desenvolve. Ou seja, transmite uma programação de interesse social vinculada à realidade local, não tem fins lucrativos, contribui para ampliar a cidadania”, etc. (PERUZZO, 2006, p. 183-184). Para debate ver Peruzzo, 2006, p. 183-192.

¹⁷ Texto matriarcal de todos os almanaques populares do Nordeste (e cremos, que em todas as regiões do Brasil, *informação nossa*), cuja primeira edição de é 1703, de autoria de Jeronymo Cortez Valentino. Contém tabelas com fórmulas progressivas que permitem estabelecer os dias da semana em correlação com os dias dos meses, as luações e as entradas dos astros nas casas astrológicas. Outras informações ver Benjamin (2000) p. 29-32.

esses grupos, mas o principal é deixá-los manifestarem livremente e crerem em suas próprias convicções. Os instrumentos da folkcomunicação para a cidadania, se bem utilizados, podem contribuir para uma prática extensionista tal qual aponta Paulo Freire.

5. Considerações Finais

A realidade no universo da extensão universitária, muitas das vezes, não é a proposta por Freire e a refletida nesse artigo. As universidades brasileiras devem cumprir o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Em muitas universidades existem pró-reitorias próprias para desenvolver essas ações. Porém, é comum a atividade extensionista ser colocado para segundo plano. Exemplos disso, é que muitas agências de fomento¹⁸ não de interessam por atividades ligadas à extensão. Os programas de pós-graduação (salvo algumas exceções) também não têm interesse, dado que a Capes não prevê ações de extensão em sua avaliação (embora conste, com item de análise, o impacto do programa na sociedade, mas não tem uma análise substancial sobre as ações extensionista do programa, tal qual faz com a pesquisa). Ao se falar de impacto sobre a sociedade, já está embutido aí a extensão que, tal como o ensino e a pesquisa constitui a razão de ser das universidades, enquanto universalidade de saberes.

Aos extensionistas é dado seguir os preceitos do Forproex (Fórum de Pró-reitores das universidades públicas brasileiras) que baseado no livro *Extensão ou Comunicação?* de Paulo Freire, trazem como conceito de extensão universitária “o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (FÓRUM..., 2007, p. 17).

Esse mesmo manual (*Extensão Universitária: organização e sistematização*) prevê como diretrizes para a extensão universitária quatro características: impacto e transformação; interação dialógica; interdisciplinaridade; e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É notório, pelas expressões ‘transformadoras’ e ‘dialógicas’ a influência de Freire, citado na bibliografia do material.

¹⁸ Sem averiguar todas as agências de fomento, sabemos que muitas não têm editais específicos para atividades extensionistas. Porém, desde 2007 a Fapemig (Fundação de amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais) abre, anualmente um edital de financiamento de projetos de Extensão com interface na pesquisa.

Porém, mesmo com as recomendações do Forproex muitas atividades não prevêm essas características. O que se encontra é muitos grupos universitários (isso incluem também muitas das ações do Projeto Rondon do Ministério da Defesa) chegam a uma comunidade e propõem projetos de seu próprio interesse, mas que não dizem respeito a realidade local.

Nesse processo, entendemos, ainda, que algumas comunidades podem não saber a importância de determinado projeto para si próprias. Porém, esse entendimento deve ser feito através do diálogo, em que o extensionista deve dialogar com a comunidade e propor uma intervenção conjunta. Se aceita deve perseguir suas atividades. Caso contrário, deve deixar a comunidade agir por si só. Também existem comunidades que procuram a academia para poder solicitar eventuais problemas, cremos que a universidade deve agir e cumprir seu papel social. Nesse mesmo aspecto, há projetos extensionistas que visão a resolução de um problema peculiar, como a saúde pública, ou seja, prevenir contra doenças e agir contra alguns males, nesse caso, cremos que a comunidade não quererá se interferir, mas caso queira, o diálogo deverá ser mediado. Processos folkcomunicacionais também podem ser utilizados nesses processos, ou seja, desenvolver mecanismos comunicacionais locais (ou se apropriar dos já existentes) para promover a conscientização, o diálogo e a educação.

Para encerrar, cremos que as práticas folkcomunicacionais poderão ser de grande valia para a extensão universitária. Beltrão diz que “a comunicação é o problema fundamental da sociedade contemporânea – sociedade composta de uma imensa variedade de grupos, que vivem separados uns dos outros pela heterogeneidade de cultura, diferença de origens étnicas e pela própria distância social e espacial” (BELTRÃO, 2001, p. 53). Assim, o diálogo/comunicação pode refletir sobre um acontecimento local e propor transformá-lo em prol do grupo. E os mecanismos folkcomunicacionais podem ajudar a publicizar as ações e também transformar a sociedade.

Referências Bibliográficas:

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BENJAMIN, Roberto. **Folkcomunicação no contexto de massa**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2000.

FÓRUM de Pró-reitores das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo:Unesp, 1991.

LUNENA FILHO, Severino Alves de. **A festa junina em Campina Grande – PB: uma estratégia de folkmarketing**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2007.

LUYTEN, Joseph. Folkmídia: uma nova visão de folclore e folkcomunicação. In: SCHMIDT, Cristina (org.). **Folkcomunicação na arena global: avanços teóricos e metodológicos**. São Paulo: Ductor, 2006. p. 39-49.

_____. **Sistemas de comunicação popular**. São Paulo: Ática, 1988.

MARQUES DE MELO, José. Mídia e cidadania no Brasil. In: _____, GOBBI, Maria Cristina e SATHLER, Luciano (orgs.). **Mídia Cidadã: utopia brasileira**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2006. p. 21-34.

_____. A comunicação na pedagogia de Paulo Freire. In: _____. **Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 258-284.

PERUZZO, Cicília. Rádios Comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão. In: MARQUES DE MELO, José, GOBBI, Maria Cristina e SATHLER, Luciano (orgs.). **Mídia Cidadã: utopia brasileira**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2006. p. 183-192.

RABELO, Desirée Cipriano. “Desafios: difundir-se e tornar-se comunitária”. In: MARQUES DE MELO, José, GOBBI, Maria Cristina e SATHLER, Luciano (orgs.). **Mídia Cidadã: utopia brasileira**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2006. p. 177-182.

SCHMIDT, Cristina. Em barro, cenas de uma modernidade. In: BREGUEZ, Sebastião (org.). **Folkcomunicação: resistência cultural na sociedade globalizada**. Belo Horizonte: Intercom, 2004. p. 39-42.

TRIGUEIRO, Osvaldo. **Folkcomunicação e ativismo midiático**. João Pessoa: Ed UFPB, 2008.